



Relação de sentidos entre a predicação e o sujeito sob o viés da enunciação

Meaningfulness relationship between predication and the subject under the enunciation line

Izaildes Cândida de Oliveira Guedes

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso / Brasil
izaguedes07@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5602-1175>

Neuza Benedita da Silva Zattar

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso / Brasil
neuza.zattar@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8197-5018>

Resumo: À luz da Semântica da Enunciação desenvolvida por Dias (2015, 2018), este artigo apresenta uma análise de como se dá a relação de sentidos da predicação com o sujeito em enunciados institucionais. Como material analítico, adotamos os textos formulados pelo Ministério da Educação (MEC) para divulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), bem como o próprio texto da BNCC. Entendemos que o sentido não nasce na factualidade da atualização do dizer, mas da relação estabelecida entre uma memória das discursividades que a enunciação evoca e a atualidade em que se situa a pertinência do enunciado no espaço da enunciação. Desse modo, a relação de significação construída na predicação, do ponto de vista da enunciação, consiste na articulação contraída no acontecimento da enunciação, ou seja, no confronto entre a memória do dizível e o presente do acontecimento.

Palavras-chave: predicação; sentido; enunciação.

Abstract: Guided by the Semantics of Enunciation developed by Dias (2015, 2018), this article presents an analysis of how the relation of meaningfulness among predication and the subject on institutional statements is established. As material of analysis, we adopted the texts formulated by the Ministry of Education (MEC) to the advertisement

of the National Common Curricular Basis (BNCC), as well as the BNCC text itself. We understand that meaning is not born in the factuality of the iteration of saying, but from the relation established between a memory of the discursivities that the enunciation evokes and the current situation that places the relevance of the statement in the space of enunciation. Thus, the relation of meaning constructed in the predication, from the point of view of enunciation, consists on the articulation acquired at the event of the enunciation, that is, in the confrontation between the memory of the saying and the present of the occurrence.

Keywords: predication; meaningfulness; enunciation.

Recebido em 21 de agosto de 2020

Aceito em 28 de setembro de 2020

1 Introdução

Neste estudo, propomos analisar como se dá a relação de sentidos da predicação com o sujeito em enunciados institucionais, na perspectiva da Semântica da Enunciação desenvolvida por Dias (2015, 2018), que concebe a língua na sua ordem enunciativa e não meramente na organização sintática como vista nas gramáticas normativas. Para a nossa análise, vamos utilizar como material analítico textos formulados pelo Ministério da Educação (MEC) para divulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse material foi escolhido por se tratar de política pública educacional que materializa uma das políticas de língua no país, constituindo, desse modo, objeto de interesse para investigação e reflexão.

O termo predicação tem sido objeto de estudo de várias correntes teóricas ditas tradicionais, formalistas e funcionais, até as mais contemporâneas, produzindo mudanças significativas no modo de se conceber a predicação. Assim, é possível encontrar teorias que a concebem a partir de uma inflexão sobre o sujeito,¹ como a Semântica da

¹ A inflexão sobre o sujeito diz-se “quando o predicado é captado a partir de um ponto de partida que se encontra no sujeito, seja porque o sujeito é o lugar da origem da ação/transmissão, seja porque no sujeito instala-se um lugar de identificação de um ente pela nomeação, ou seja porque no lugar do sujeito estaria um ente visado por um ato comunicativo, ou motivador de uma afirmação”. (DIAS, 2015, p. 109).

Enunciação desenvolvida por Dias. Na discussão que faz sobre o sujeito, o autor (2009, p. 20) diz que “a instalação do sujeito [...] rege a perspectiva da pessoalidade na predicação. A instalação do predicado é devida, então, à sua relação com o lugar de sujeito”. Este lugar sujeito refere-se ao lugar sintático que Dias (2009) formulou a partir da concepção de Milner (1989) sobre os *sites*.² Nessa perspectiva, as categorias linguísticas são tomadas como lugares sintáticos, passíveis de serem ocupados por referentes constituídos discursivamente pela injunção de recortes de sentido advindos de uma memória histórico-social.

Nessa direção, de acordo com Dias (2015), o sentido não nasce na factualidade da atualização do dizer, mas da relação estabelecida entre uma memória das discursividades que a enunciação evoca e a atualidade em que se situa a pertinência do enunciado no espaço da enunciação.

Dada a ligação sintática entre os termos sujeito e predicado, abordaremos inicialmente o predicado à luz das gramáticas brasileiras e, em seguida, na visão de teóricos que discutem esse termo sob o ponto de vista da enunciação. Em nossas análises, mobilizaremos os conceitos de lugar sintático, formação nominal, referencial histórico, pertinência enunciativa e rede enunciativa que são fundamentais para a nossa reflexão.

2 A predicação na perspectiva de algumas teorias

Nosso ponto de partida para abordar a predicação serão os estudos sistematizados pela gramática tradicional que influenciou as gramáticas modernas, bem como as diversas concepções da linguística moderna que conceituam a predicação.

Neste item, apresentaremos a predicação sob a concepção dos gramáticos Júlio Ribeiro (1881) e Maximino Maciel (1914), situados no período denominado “científico” da história de produção de gramáticas no Brasil, no final do século XIX, e dos gramáticos contemporâneos como Bechara (2009), Perini (2002) e Castilho (1994), no século XX.

A gramática de Júlio Ribeiro inaugura no Brasil uma visão da linguagem constituída “de preceitos científicos positivos, que devem ser

² O *site* concerne às propriedades relacionais determinantes da configuração sintática. A palavra “sítio” poderia, de forma rudimentar, ser utilizada como tradução de *site* para o português (DIAS, 2009, p. 14).

seguidos como normas prescritivas invariáveis” (MARINS, 2011, p. 30). Nessa linha, a predicação, para o autor, se dá na completude do dizer sustentado não fora do dizer, mas no “modo de dizer”. Os conceitos de sujeito e predicado, em Júlio Ribeiro, ainda são vistos nas gramáticas concebidas como “tradicionais”. Vejamos:

Toda a sentença consta de dous elementos:

1) o que representa a cousa a cujo respeito se falla: chama-se *sujeito*.

2) o que representa o que se diz a respeito do sujeito; chama-se *predicado* (RIBEIRO, 1881, p. 222).

Nessa concepção, a predicação consiste em expressar algo que incide, recai sobre uma base dessa expressão, que é o sujeito. E para se encontrar tanto o sujeito quanto o predicado é necessário observar o que se fala e de quem se fala numa relação estabelecida no fio da sintaxe.

Outro ponto importante no modo de conceber a predicação é relativo ao verbo. Para Ribeiro, o verbo enuncia, diz ou declara alguma coisa. Dessa maneira, “há uma predicação contida nos verbos (RIBEIRO, 1881, p. 67), ou seja, usar um verbo é predicar”. E como Júlio Ribeiro analisa a relação e não a função da predicação, o que se apresenta são as relações que as palavras ou grupos de palavras têm entre si. Ou seja, trata-se de uma relação direta, termo a termo, sob os nomes de relação subjetiva, predicativa, atributiva, objetiva e adverbial. Contudo, com exceção do verbo “ser”, todos os outros seriam atributivos, ou seja, guardam em si uma ideia predicativa do sujeito (RIBEIRO, 1881, p. 97). Ribeiro defende que os verbos teriam um complemento capaz de receber a ação predicativa do sujeito.

Maximino Maciel (1914) adota a concepção de língua como expressão do pensamento, pautada na lógica, e define a proposição (tomada como frase, oração por outros autores) como um pensamento expresso por uma ou mais palavras. Já Júlio Ribeiro (1881) analisa as relações entre as palavras enquanto Maciel trabalha com as funções das palavras ou expressões no organismo da proposição, a saber: função subjectiva; predicativa; atributiva; objectiva; vocativa e adverbial.

Diferentemente de Ribeiro (1881), Maciel (1914) aborda a “incompletude” de significação no predicado, não na órbita do verbo, mas no âmbito da participação do verbo na predicação. Na perspectiva de Maciel, dentre outras funções, a função predicativa integra o predicado,

como “aquilo que se diz a respeito do sujeito e pôde ser constituído por um verbo de predicação incompleta, integralizado por adjunto predicativo, referente ao sujeito” (MACIEL, 1914, p. 256).

Para além das gramáticas do final do século XIX, interessamos observar também como a predicação é concebida nas gramáticas contemporâneas de Evanildo Bechara (década de 60) e de Mario Perini (década de 80), do século XX.

Para Bechara (2009),³ toda manifestação da linguagem com vistas à comunicação com nossos semelhantes se constrói a partir de unidades linguísticas que se denominam enunciado ou período. Por conseguinte, dentre os tipos de enunciados, aponta a oração que “representa o objeto mais propício à análise gramatical, por revelar as relações que seus componentes mantêm entre si, sem apelar fundamentalmente para o entorno (situação e outros elementos extralinguísticos) em que se acha inserido” (BECHARA 2009, p. 407). Assim, para Bechara, a oração se caracteriza por ter o verbo como palavra essencial, indispensável, estabelecendo a relação predicativa sujeito e predicado.

Para o autor, o sujeito é a “unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração” (BECHARA, 2009, p. 409). É, também, “uma noção gramatical, e não semântica, isto é, uma referência à realidade designada, como ocorre com as noções de *agente* e *paciente*” (BECHARA, 2009, p. 409). Ou seja, o sujeito não é necessariamente o agente do processo designado pelo núcleo verbal, mas pode ser representado pelo paciente desse processo.

Em Bechara, observa-se um deslocamento de sentidos em relação às noções de sujeito e predicado. Para ele, o sujeito “é uma *explicitação léxica* do sujeito gramatical que o núcleo verbal da oração normalmente inclui como morfema número-pessoal” (BECHARA, 2009, p. 409), ou seja, o sujeito gramatical já é explicitado na forma verbal e, “quando necessário ao melhor conhecimento da mensagem veiculada no texto” (BECHARA, 2009, p. 409), o sujeito pode ser explicitado por formas léxicas. Assim, Bechara não fala em elipse de sujeito, em orações em que o sujeito é representado por pronomes, estando explicitado ou não

³ A primeira edição da gramática de Evanildo Bechara data de 1961. É denominada *Moderna Gramática Portuguesa* (Curso Médio) – Com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira, e foi publicada pela Companhia Editora Nacional em São Paulo.

na oração, a determinação desse sujeito acontece fora da gramática. Ou seja, a constituição do sujeito é pertinente à exterioridade da língua.

Como sujeito e predicado organizam a relação predicativa, na perspectiva de Bechara, trata-se de uma organização que se traduz por marcas formais, como a concordância de número e pessoa, o núcleo do predicado é sempre o verbo. E assim, as “orações ditas favoritas não dispensam o verbo, explícito, ou oculto pelas possibilidades da referência discursiva” (BECHARA, 2009, p. 414).

Quanto ao predicado, Bechara apresenta os predicados como simples e complexos, conforme o conteúdo léxico do verbo que lhe serve de núcleo. Para ele, há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica; “de modo que, se desejamos expressar determinada realidade, temos de delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros léxicos adequados à realidade concreta” (BECHARA, 2009, p. 414).

Perini (2002) apresenta uma descrição abrangente da estrutura do português, mantendo um tom bastante “científico”. Apesar de preocupar-se em manter as análises da gramática portuguesa mais próximas possíveis da análise tradicional, as análises apresentadas pelo autor se diferem da tradicional, a começar pela definição da oração como um tipo de “frase que apresenta determinado tipo de estrutura interna, incluindo sempre um predicado e frequentemente um sujeito, assim como vários outros termos” (PERINI, 2002, p. 61).

O sujeito da gramática de Perini não é visto como o termo do qual se afirma alguma coisa, como se observa nas gramáticas de Ribeiro, Maciel e Rocha Lima, mas como “o termo com o qual o verbo concorda”, exprimindo desse modo um aspecto da organização formal da oração” (PERINI, 2002, p. 68).

Ao conceber o sujeito como o termo da oração que está em relação de concordância com o núcleo do predicado, Perini se afasta dos conceitos que colocam o sujeito como provedor de afirmação. Da mesma forma, o predicado, para Perini, não trata das afirmações do que se diz do sujeito, mas de estabelecer a importância do fenômeno da concordância e da ordem dos constituintes entre esses dois termos essenciais da oração. Ainda, para o autor, o verbo desempenha, na oração, unicamente a função de núcleo do predicado e não da parte mais importante da oração.

Paralelamente aos estudos gramaticais sobre sujeito e predicado, existem correntes teóricas que apresentam um ponto de vista diferente do que os estudos tradicionalistas e/ou normativos mostram. Temos,

por exemplo, a gramática funcional de Castilho (2010), que postula a língua do ponto de vista do social. Ou seja, a língua existe não porque dispõe de uma estrutura, mas pela existência de sua estrutura em vista da necessidade de cumprir certas funções.

Nessa perspectiva, as relações sintáticas são concebidas sob duas bases: a predicação marcada pela concordância e a complementação não marcada pela concordância. Assim, a predicação é “definida como a relação entre um predicador e seu sujeito, ao passo que a complementação é a relação entre o predicador e seus argumentos internos” (CASTILHO, 1994, p. 80), diferentemente das gramáticas tradicionais que negam validade a esta distinção, unificando na predicação os dois processos.

Segundo Castilho (1994), a predicação pode ser vista sob diferentes caracterizações, como da semântica e do espaço sintagmático da sentença. Quanto ao aspecto semântico, a predicação é um processo de atribuição de traços semânticos: “Um predicador transfere traços semânticos ou papéis temáticos ao seu escopo” (CASTILHO, 2010, p. 243). No que diz respeito aos ambientes sintáticos, focalizando a sintaxe, “as propriedades semânticas da predicação têm por correlato a estrutura argumental da sentença. Projetando argumentos, a predicação cria a sentença e os sintagmas” (CASTILHO, 2010, p. 246).

Nos estudos sob o viés da teoria gramatical, observamos um modo de tratar a predicação sob a ordem do que se expressa, no ato de comunicar. Diante disso, concordamos com Dias (2015) quando historiciza os estudos sobre a predicação, destacando a importância da abordagem enunciativa na compreensão das articulações de unidades lexicais na constituição da sentença. Nessa linha, o autor procura responder questões como: qual a natureza das relações entre os itens lexicais? Em que se assenta a agregação entre eles? Dias (2015) mostra que este modo de conceber a predicação é posto em uma *perspectiva incidente*. Ou seja, nessa ordem, duas expressões se relacionam, sendo uma incidindo sobre a outra: essa incidência configura o fundamento da agregação sentencial. Assim, “o sujeito é um assunto sobre o qual incide uma asseveração” (DIAS, 2015, p. 106). Dito de outro modo, nessa predicação expressa-se algo que incide, recai sobre uma base dessa expressão, que é o sujeito.

Esse modo de conceber a predicação é visto em Júlio Ribeiro (1881), uma vez que, na gramática científica, “a perspectiva de agregação se concentra naquilo que se expressa, seja afirmando, interrogando,

duvidando, ordenando. Isto é, ela se concentra nas próprias direções que se toma na comunicação” (DIAS, 2015, p. 107).

A partir da exposição sobre a predicação na perspectiva gramatical, compreendemos que, desde os estudos gramaticais de Júlio Ribeiro, de Maximino até os estudos de Bechara, de Perini e de outras perspectivas como a funcionalista defendida por Castilho, e reservando os limites tênues de cada concepção, a predicação concentra-se na estrutura da sentença, quer seja simples ou complexa, tomando a palavra ou o verbo como essencial para a construção daquilo que se vai dizer.

Compreendemos também que a relação entre sujeito e predicado se dá na gramática, na relação entre termos lexicais, direcionado para a expressão do pensamento ou da comunicação. Desse modo, podemos afirmar que as relações que estabelecem a predicação se constituem dentro e não fora da gramática, apagando com isso a exterioridade da língua.

3 A predicação sob outras perspectivas teóricas

3.1 Arnauld e Nicole

A obra *La logique ou l'arte de penser*, reconhecida como a Lógica de Port Royal, e considerada uma das obras mais influentes, da época moderna, até o final do século XIX, foi publicada pelos franceses Antoine Arnauld e Pierre Nicole, em 1662. Para esses autores, a lógica é a arte de conduzir bem a razão no conhecimento das coisas, tanto para educar-se como instruir os outros. Esta é uma arte que consiste nas reflexões que os homens fazem sobre as quatro principais operações do pensamento: conceber, julgar, raciocinar e ordenar (ARNAULD; NICOLE, 1992, p. 33 tradução nossa).⁴

No que se refere à linguagem, os autores concebem os conceitos a partir das “ideias”, pois, para eles, as palavras referem-se a ideias. “O termo “ideia”, por ser um conceito básico, não pode ser definido, mas aproximadamente podemos entender por ideia qualquer coisa concebida

⁴ La logique est l'art de bien conduire sa raison dans la connaissance des choses, tant pour s'instruire soi-même que pour en instruire les autres. Cet art consiste dans les réflexions que les hommes ont faites sur les quatre principales opérations de leur esprit, concevoir, juger, raisonner et ordonner. (p. 33).

por nossa mente (ARNAULD; NICOLE, 1992, p. 36, tradução nossa).⁵ Na *Lógica*, as ideias estão no plano da representação. Como elas se relacionam com as coisas que estão fora da nossa mente é algo que a *Lógica* não esclarece com detalhe. Daí conceber a linguagem no plano da racionalidade humana.

Arnauld e Nicole pertenciam ao grupo de intelectuais racionalistas que tomavam o nome e a nomeação como base da concepção de predicação no pensamento sobre a linguagem. Para eles, “a constituição sintática se confunde com o próprio ‘mecanismo’ do pensamento, fundado no juízo humano, na relação com o mundo, configurando-se uma operação do pensamento” (ARNAULD; NICOLE, 1992, p. 34). Os autores defendem também que, na constituição sintática, o objeto do pensar encontra-se no sujeito da sentença, e o juízo está no predicado.

Os nomes são “palavras destinadas a significar, tanto as coisas, como os seus modos de ser” (ARNAULD; NICOLE, 1992, p. 96). Contudo, segundo eles, os homens “tinham mais necessidade de criar palavras que expressassem a afirmação, que é a principal forma de nosso pensamento, do que criar palavras que expressassem objetos de nossos pensamentos”⁶ (ARNAULD; NICOLE, 1992, p. 101, tradução nossa). Desse modo, as palavras que expressam a afirmação são os verbos,

[...] cujo principal uso é significar a afirmação, ou seja, marcar que o discurso em que essa palavra é usada é o discurso de um homem que concebe não apenas as coisas, mas que ousa e as afirma; nisto o verbo se distingue de alguns nomes, que também significam a afirmação, como *affirmans*, *affirmatio*, pois eles apenas o significam, pelo reflexo da mente, se tornou o objeto do nosso pensamento; e assim eles não marcam que quem usa essas palavras afirma, mas apenas que ele concebe uma afirmação. (ARNAULD; NICOLE, 1992, p. 101, tradução nossa).

Todo verbo, na concepção dos autores, cumpre a função de afirmar. Nisto, a base de toda predicação encontra-se no verbo *ser* em

⁵ Le mot d’idée est du nombre de ceux qui sont si clairs qu’on ne peut les expliquer par d’autres, parce qu’il n’y en a point de plus clairs et de plus simples. (ARNAULD; NICOLE, 1992, p. 36)

⁶ Les hommes, dit-il, n’ont pas eu moins besoin d’inventer des mots qui marquassent l’affirmation, qui est la principale manière de notre pensée, que d’en inventer qui marquassent les objets de nos pensées.

terceira pessoa do singular: *é*. Assim, em “Pedro vive”, haveria, segundo Arnauld e Nicole (1992, p. 101, tradução de DIAS, 2015), uma afirmação subjacente do tipo “Pedro é um ser vivente”. Por isso, ele é chamado de “verbo substantivo”, isto é, um verbo que participa do significado dos nomes, uma vez que ele expõe aquilo que o nome “abriga”. Se Pedro abriga o atributo “ser vivente”, a forma verbal “é” faz o papel de afirmar isso, em outros termos, de dar voz àquilo que o nome apresenta como latente, ou potencial, ao realizar a ponte entre “Pedro” e “ser vivente”.

Nesse sentido, para os autores (1992, p. 101, tradução de DIAS, 2015), “o verbo intrinsecamente marca a relação que nós fazemos no nosso pensamento entre dois termos de uma proposição”. Há, desse modo, um verbo de ligação, de natureza substantiva, que sustenta toda predicação, sendo isto que sustenta a relação entre o sujeito e o predicado.

3.2 Bally

Até o final do século XIX, constituir uma sentença seria situar frente à apreensão de uma entidade. Predicar era um gesto essencialmente de significação na relação da linguagem com o mundo, seja passando pela transmissibilidade, a partir de uma entidade de emissão, passando pela razão, a partir de uma entidade de nomeação ou passando pela comunicação, a partir de uma entidade de afirmação.

A partir de Bally (1944) é possível entender como a predicação foi sendo compreendida fora do formalismo, do fio da sintaxe estrutural. Para Bally, os fundamentos da linguagem seriam os fundamentos da comunicação, encontrando-se no conceito de “reação”. Ou seja, ao enunciarmos um pensamento, estamos reagindo a uma representação, sob a forma de constatação, de uma apreciação ou de um desejo. Daí a razão de Bally apresentar a modalidade como a alma da frase. Segundo ele, “a modalidade é a alma da frase/sentença; assim como o pensamento, é essencialmente constituído pela operação ativa do sujeito falante. Não podemos atribuir valor da sentença a uma enunciação até que tenhamos descoberto a expressão, qualquer que seja, a modalidade”. (BALLY, 1944, p. 36, tradução nossa).

Para Bally (1944), a sentença é uma forma simples de comunicação de um pensamento, uma vez que pensar é “reagir a uma representação observando, apreciando ou desejando”. (p. 36). Por isso, “acredita-se que chove ou não acredita, duvida ou se alegra por estar

chovendo, lamenta-se; deseja-se que chova ou que não chova” (BALLY, 1944, p. 37, tradução nossa).

Na concepção de Bally (1944), a sentença explícita compreende duas partes: uma correlativa do processo de representação (ex. chuva, cura) que denomina *dictum*; a outra trata-se do primado da sentença, como já citamos acima, pela qual sem ela não há sentença que é a expressão da modalidade, relacionada à operação do sujeito pensante. Nesse sentido, “a modalidade possui para a expressão lógica e analítica um verbo modal (por exemplo, cruzar, alegrar-se, desejar) e seu sujeito, o sujeito modal. Ambos constituem o *modus*, complementar ao *dictum*”. (BALLY, 1944, p. 36, tradução nossa). Em outras palavras, *dictum* é o conteúdo representado, ou seja, proposição primitiva expressa pela relação sujeito-predicado. E *modus*, diz-se da operação psíquica, tendo por objeto o *dictum*.

Nesse sentido, de acordo com Bally (1944), toda enunciação entende logicamente dois termos: do que se fala e do que se diz. O que é dito é o propósito ou predicado; o termo que é a ocasião do assunto é o tema. Assim, em “Galileu afirma que a Terra gira”, a *Terra gira* é uma ideia colocada na mente, na alma de Galileu, atribuído a ele pelo verbo “afirma”; o verbo ligado à *Terra gira* (sujeito) trata-se de uma ligação gramatical denominada cópula modal. Desse modo, “na sentença logicamente completa, todo *dictum* é o sujeito; a cópula modal é um verbo transitivo cujo *dictum* é o complemento de um objeto que são inseparáveis”. (BALLY, 1944, p. 101. Tradução nossa). Em “A Terra é redonda”, redonda é uma qualidade da qual a terra é a sede. O verbo *ser*, ou melhor, seu radical, é anexado ao adjetivo e o conecta ao sujeito *a Terra*.

Nas palavras de Bally, a frase é o produto de uma relação de interdependência gramatical estabelecida entre dois signos pertencentes a duas categorias complementares. Ou seja, todo sintagma é binário. Contudo, um sintagma pode constituir uma enunciação completa (uma sentença) ou uma parte apenas dessa enunciação. Todavia, essa distinção possui um valor diferente se considerar o ponto de vista discursivo, as realizações da fala ou o ponto de vista *mémoriel* associativo da linguagem.

3.3 A predicação em Guimarães

Eduardo Guimarães desenvolveu, no Brasil, a Semântica da Enunciação ou do Acontecimento, tendo como fundamento os estudos realizados por Émile Benveniste e Oswald Ducrot. Todavia, se distancia

deles em vários aspectos. Buscando compreender a enunciação na perspectiva apresentada pelos linguistas franceses, Guimarães coloca a historicidade como um elemento fundamental para o processo enunciativo, e é a partir dessa perspectiva que o autor trata a questão da predicação.

Ao caracterizar a relação da predicação, Guimarães faz fora do domínio dos modelos lógicos que “coloca diretamente que todo enunciado tem um sujeito que refere a algo e um predicado que refere a algo” (GUIMARÃES, 2018, p. 137). Citando Dias (2009, p. 11), que apreende a diferença entre sujeito e predicado, Guimarães (2018, p. 138) argumenta que “as formas da língua são constitutivas da relação que se estabelece entre uma instância do presente do enunciar e uma instância de anterioridade”, e diz que é do ponto de vista enunciativo que se forma a relação predicativa, marcando seu posicionamento, qual seja, “o tratamento não homogêneo dos dois termos do enunciado com estrutura de predicação”. (GUIMARÃES, 2018, p. 138).

De acordo com o autor, antes de pensar a relação de predicação, é preciso definir o que é enunciado. Ou seja, é preciso compreender que o enunciado é como a “unidade de linguagem que apresenta uma consistência interna no seu funcionamento, aliada a uma independência relativa” (GUIMARÃES, 2018, p. 130) e que tanto a consistência interna quanto a independência relativa devem ser consideradas em relação ao todo de que o enunciado faz parte num acontecimento de enunciação. Assim, para Guimarães (2018, p. 130), o enunciado “por ser uma unidade que se caracteriza por integrar um texto é relativamente independente e é, ao mesmo tempo, e por isso mesmo, uma unidade que apresenta uma consistência interna específica, e assim, significa”.

Nessa perspectiva, Guimarães apresenta a análise do seguinte enunciado “A resposta foi rápida e brutal: os dirigentes do movimento foram presos e a fraternidade foi dissolvida”.⁷ Trata-se de um enunciado, pois é um elemento linguístico em que há consistência interna – ou seja, há uma relação entre *a resposta ao protesto e foi rápida e brutal*. Há independência relativa porque é integrado a um texto. E, para o autor, a relação de predicação, nesse enunciado, se caracteriza por *conexão* que é “a relação de significação produzida pela justaposição de dois elementos

⁷ O texto faz parte do livro *O Brasil colonial*, de João Fragoso e Maria de Fátima Gouvea, 2014.

distintos que constroem uma unidade de sentido de nível superior de que fazem parte, constitutivamente, estes elementos”. (GUIMARÃES, 2018, p. 140).

De acordo com o autor, sujeito e predicado não são subordinados e não estão coordenados. Eles constituem uma unidade sintático-semântica que é o enunciado. E, nessa medida, o predicado não depende do sujeito nem o sujeito do predicado. Guimarães diz que a *conexão* se caracteriza por uma relação de *interconstituição* em que o sentido do sujeito é dado por sua relação com o predicado do enunciado e o sentido do predicado é dado por sua relação com o sujeito no mesmo enunciado.

Desse modo, o sujeito e o predicado se integram ao texto de modo diferente. O predicado integra o texto enquanto elemento do enunciado e o sujeito se integra de modo direto. Pode-se afirmar, segundo Guimarães, que há dois modos de integração. Um por alusão e outro por apresentação. No acontecimento, “*o lugar do dizer* (enunciador) menciona/alude o lugar social de dizer (al-x) e enuncia algo que apresenta uma disparidade relativamente ao enunciado de que o sujeito é parte”. (GUIMARÃES, 2018, p. 142). Ou seja, a significação do sujeito está como uma relação com as coisas, como se fosse independente da predicação.

Quanto à apresentação, a significação da predicação “é algo do dizer que está expressamente significado pela relação de alocação: a enunciação do enunciado é, especificamente, uma relação al-x – at-x. Isto nos leva a dizer que o predicado se caracteriza pela mesma relação de alocação do enunciado”. (GUIMARÃES, 2018, p. 144). Nesse sentido, em “A resposta ao protesto foi rápida e brutal”, há uma *conexão* que marca o lugar que diz (o locutor) e o lugar social de dizer (a al-x).

Dessa forma, enunciativamente, tem-se entre sujeito e predicado uma relação de semelhança, por um lado, e de diferença, por outro. Enquanto semelhantes, constituem conexão, produzindo o enunciado com relação predicativa; pela diferença, apresentam uma “disparidade entre o modo de se significar a enunciação do sujeito de um lado e a do predicado de outro” (GUIMARÃES, 2018, p. 150).

3.4 A predicação em Dias

Enunciativamente, a predicação é o ponto que liga a sentença à língua pela pertinência do dizer num campo de enunciação. Vale ressaltar que o conceito de pertinência enunciativa se fundamenta na ideia de adesão, ou seja, é a “demanda do presente”, segundo afirma Dias (2018).

Desse lugar teórico, Dias (2015, p. 121) mostra que a predicação “traz à luz e ao presente da enunciação parte daquele potencial de inquietude enunciativa que aos nomes se associaram, tendo em vista os espaços do dissenso que os afetaram em outras predicções nas relações sociais”. A predicação se assenta no lugar do sujeito.

Dias (2015), ao questionar a natureza das relações entre os itens lexicais e em que se assenta a agregação entre eles, faz um percurso histórico apresentando algumas abordagens voltadas para a concepção de agregação sintática, natureza da predicação e constituição da unidade sentencial. O autor mostra como algumas concepções sobre predicação deixaram resquícios nas definições contemporâneas como é o caso *da predicação acional* que define o sujeito como “o ser que pratica a ação” e o predicado como “ação praticada pelo sujeito”. Essa concepção é constituída a partir de uma mobilidade coesiva latente. Ou seja,

a predicação, nessa perspectiva de agregação sintática, encontra-se embutida na rede de mobilidade social. Ela estaria na passagem entre um ponto e outro da perspectiva: entre o fazer e emitir (do caso nominativo) e o sofrer ou ser afetado por essa ação (do caso acusativo). (DIAS, 2015, p. 103)

Para compreender as formações articulatórias - que constituem a sintaxe do enunciado, a sua constituição formal – de unidades sintáticas e observar a constituição da sentença em uma visão mais global, especialmente, sujeito e predicação, Dias produz um deslocamento do conceito corrente de forma linguística e, por conseguinte, de formação nominal. Assim, para o autor,

Uma forma linguística constitui-se como tal na conformação das palavras à regularidade sintática, tendo em vista o acionamento enunciativo da língua. Essa conformação ocorre na medida em que as palavras contraem modos de articulação em formações sintáticas. A palavra “casa”, por exemplo, se torna forma linguística ao contrair pertinência em uma formação nominal; por sua vez, “escorregou” assume essa condição ao sair do estado de infinitivo e se tornar pertinente em determinada predicação; e “de” se constitui em forma linguística, de modo mais determinativo, quando assume papel direcionador nos espaços sintáticos. Em sua, a forma linguística é relativa aos lugares de entrada do léxico na constituição da unidade sentencial. (DIAS, 2015, p. 119)

Nesse sentido, a forma linguística só o é porque significa em relação de pertinência com os espaços de enunciação e com os espaços sintáticos; “especificamente, com os espaços de enunciação pelos referenciais, com os espaços sintáticos, pelas especificidades da conformação lexical”. (DIAS, 2015, p. 119). Decorre daí a formação nominal, ou seja, quando os nomes deixam de ser concebidos como palavras isoladas para serem vistos como formadores do enunciado. Para Dias (no prelo b), “a formação nominal (FN) é o processo de entrada do nome no enunciado, participando assim do acontecimento da enunciação”. O autor afirma que a FN apresenta uma natureza condensadora, não de propriedades dos objetos da exterioridade, mas de referenciais. Assim, a concepção de formação nominal (FN) “está comprometida, portanto, com uma abordagem vertical das construções nominais, tendo em vista que privilegia o processo de formação dos nomes, isto é, o jogo de referenciais que sustentam um nome enquanto unidade de designação”. (DIAS, 2015, p. 120).

Diante disso, temos o sujeito como um elemento formador. Daí recorrermos ao que Dias (2009) argumenta sobre o lugar sintático, especificamente, sobre o lugar do sujeito, uma vez que, enunciativamente, o lugar sintático do sujeito é o responsável pela instauração da sentença. Dias (2013b) afirma a partir de Guimarães (2007) que uma língua adquire sua identidade na relação entre a dimensão do enunciável e a dimensão do materialmente articulável, sendo concebida como um sistema de regularidades que regula tal relação. Assim, (o grupo nominal sujeito),⁸ GN – sujeito, conforme Dias (2009), é o lugar que, afetado pelo cruzamento entre o virtual e o atual, aciona o verbo, isto é, arrebatada o verbo da sua condição de infinitivo.

Para Dias (2009, p. 19), “a constituição do lugar GN-sujeito é determinada por uma anterioridade de predicação. No âmbito do conceito de anterioridade de predicação, seria a partir do GN-sujeito que o verbo sai do “estado de dicionário” e se constitui como base de uma predicação”. Desse modo, a instalação do predicado, e logo de uma unidade mínima da sentença, se dá devido ao GN-sujeito. “Daí afirmarmos que o lugar do GN-sujeito se constitui nessa *anterioridade de predicação*” (DIAS, 2009,

⁸ Utilizamos o termo *Grupo Nominal (GN)* tal qual Dias (2009). Todavia, o autor, em seus últimos trabalhos, tem usado o termo *lugar sujeito* e *sujeito*.

p. 19), ou seja, o lugar de sujeito é a base de sustentação do predicado na constituição da sentença.

Não é o item lexical classificado como sujeito da sentença o responsável pela articulação, mas sim o lugar do sujeito, estando esse ocupado ou não materialmente na sentença. Daí que para compreendermos a predicação, na perspectiva enunciativa, é preciso, antes, compreender “que o enunciável se confronta com os movimentos de articulação na sintaxe”. (DIAS, 2009, p. 28).

4 Análise

Retomando a nossa proposta, buscamos compreender como se dá a relação de sentidos entre a predicação e o sujeito em enunciados institucionais retirados do texto oficial da Base Nacional Curricular – BNCC e de propagandas sobre o mesmo tema.

Vejamos o primeiro recorte do texto da BNCC.⁹

(R1) O QUE É A BNCC?

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.¹⁰

O texto do R1 é introduzido por uma pergunta “O que é a BNCC?”, que tem como resposta a significação da sigla e o seu lugar institucional responsável pelas formulações (textos) das políticas de aprendizagem da Educação Básica no Brasil. Essas políticas se constituem nos espaços de enunciação oficiais do MEC, disponibilizados em sites próprios (página da BNCC) e que circulam também em propagandas. Nesse espaço constituído de falantes e de língua, temos o agenciamento

⁹ BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília. MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2019.

¹⁰ BRASIL, Base Nacional Comum Curricular <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 28 out. 2019.

de um Locutor¹¹ que enuncia do lugar do governo federal, ou seja, do Ministério da Educação – MEC.

No enunciado em análise, temos, sob o viés da gramática tradicional, uma oração constituída de sujeito representado por “A Base Nacional Curricular” e de um predicado representado por “é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais [...]”. Trata-se de uma oração formada por um predicado nominal, uma vez que traz em sua formulação o verbo ser, classificado como verbo de ligação ou copulativo. Contudo, não nos interessa apenas descrever. É preciso ir além, ou seja, é preciso observar como se constitui a articulação da sentença para produzir sentido. Enunciativamente, temos nessa forma gramatical, que constitui o predicativo, uma formação nominal que participa do enunciado, explicitando o caráter da BNCC. A formação “um documento normativo” converge para o sujeito pelo referencial jurídico que confere às políticas públicas a função de regular, normatizar ações.

É por esse referencial, o do jurídico, que o enunciado se torna consistente, produzindo o sentido de que a BNCC possui regras a serem seguidas, ou seja, é uma diretriz posta para regular a educação, silenciando outros possíveis sentidos.

Como afirma Dias (2015), a predicação se assenta historicamente no lugar de sujeito, que se constitui com a participação das formações nominais. Dias (2015, p. 119) concebe a formação nominal como a que “apresenta uma natureza condensadora, não de propriedades dos objetos da exterioridade, mas de referenciais”. Logo, o referencial é o domínio em que a formação nominal se “ancora para produzir sentido e pertinência em um espaço de enunciação”. (DIAS, 2015, p. 120).

Assim, as formações nominais constitutivas do sujeito *A Base Nacional Comum Curricular* e do predicado (é) *um documento normativo* mantêm entre si uma relação sintática e uma relação semântica, visto que as FNs evocam o mesmo referencial histórico e se fazem pertinentes no presente da enunciação: a lei que define a educação brasileira.

Assim, conforme Dias,

¹¹ Locutor, aqui, não se trata de um indivíduo no sentido empírico, mas uma representação, ou seja, assumir a palavra, enunciar é colocar-se no lugar daquele que enuncia, o lugar do Locutor denominado por Guimarães (2002) como Locutor (com maiúscula), ou simplesmente L. Este Locutor é afetado por lugares sociais, ou seja, o que ele enuncia se mostra como origem do dizer porque, o Locutor, não é ele próprio, mas um lugar social de locutor.

a pertinência do enunciado no espaço de enunciação, concebida na relação entre recortes de memória de significação e a demanda de um presente pelos referenciais, movimenta as formações articulatórias que constituem a sintaxe do enunciado, a sua constituição formal. (DIAS, 2015, p. 129).

No enunciado do R1, tanto o sujeito *A Base Nacional Comum Curricular* quanto o predicado *é um documento normativo* são passíveis de mobilidade de novas construções tendo em vista a historicidade do texto. Tais mobilidades, capazes de qualificar as formas significativas na enunciação, podem ser observadas por meio de redes enunciativas que se prestam a estabelecer pontos de observação enunciativa, tendo em vistas as dimensões do sentido. Para Dias (no prelo b), a rede enunciativa demonstra as relações de retomada de enunciados no âmbito de um mesmo referencial histórico. Assim, a palavra, ao participar de um enunciado, mantém relação com referenciais históricos sociais. Isso é essencial para que elas sejam pertinentes nos textos em que elas ocorrem. Nesse sentido, o autor formula o conceito de *rede enunciativa* para se referir a um conjunto de dados reunidos em torno de um mesmo fenômeno linguístico ou de uma forma linguística, que são qualificados por diferentes possibilidades de articulação. Para ele,

A constituição de uma rede enunciativa envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo de outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção dos domínios de mobilização que a enunciação sustenta. Essas construções outras, trazidas para a rede enunciativa, são construídas pelo próprio pesquisador e/ou podem ser buscadas em usos efetivos, como no Google e nos bancos de dados que abrigam usos orais e escritos da nossa língua. (DIAS, 2018, p. 36).

Desse modo, o lugar de observarmos as relações de sentido na perspectiva enunciativa está configurado com redes enunciativas. Para tanto, vejamos essa mobilidade:

- L1 – Você conhece o significado de *Base Comum Curricular*?
- L2 – A escola recebe bem as normas do MEC via Estado?
- L3 – *Base* significa imexível?
- L4 – Os Estados cumprem as determinações do MEC?

Essa mobilidade de construção dos lugares do sujeito constituídos pelas FNs com pronome Você, com as formas linguísticas *A escola, Base, Os Estados*, e as predicções elaboradas com os verbos *entender, receber, significar e cumprir* são necessárias para traçar a articulação básica que forma as predicções. (DIAS, 2015).

Vejamos outro enunciado, observando como a predicção se constitui, produzindo sentidos.

(R2) [...] **Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País** por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito! (BRASIL, Base Nacional Comum Curricular <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 28 out. 2019)

As predicções nominais são recorrentes nas enunciações da BNCC. Na composição do enunciado, “Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País” [...], temos uma sentença inteira agregando a formação nominal. No sujeito da sentença, “Seu principal objetivo” (o pronome possessivo “seu” diz dela, da BNCC), é predicado por “é ser a balizadora da qualidade da educação no País”. Vejamos as possíveis paráfrases desse enunciado:

- A) O objetivo da BNCC é balizar a qualidade da educação no Brasil;
- B) A BNCC é balizadora da qualidade da educação no País.

Tomamos o recurso utilizado por Dias (2015) para demonstrar a articulação sujeito e predicado. Consideramos insuficiente dizer, apenas, que temos um predicativo do sujeito que está declarando ou afirmando algo, como determinam os estudos tradicionalistas. Dizemos, enunciativamente, que a predicção incide sobre o sujeito (A BNCC) tendo em conta o referencial de regulação, de controle, de equilíbrio. Ou seja, a relação entre BNCC e aquilo que é dito dela se dá pelo referencial constituído em outras predicções existentes. Por isto, entendemos que a articulação se constitui na enunciação e não termo a termo como na sintaxe.

Para que a língua funcione, tomamos a formação nominal constituída da sigla BNCC que estabelece a relação com o mundo, e é qualificada na enunciação como um documento oficial que trará equilíbrio à Educação brasileira pelo adjetivo “balizadora”.

De acordo com Dias (2015, p. 117), “as formações sintáticas sustentam materialmente a memória da língua e ao mesmo tempo a memória das significações dos seus termos, isto é, das unidades que integram essas formações”. Nesse sentido, podemos dizer que, pela memória da língua, o termo *balizadora* torna-se pertinente ao enunciado que integra, tornando este enunciado pertinente na enunciação. Ou seja, ser pertinente é se colocar frente ao outro, não significando certo ou errado, mas aderindo ao dizer. Desse modo, Dias (2018) afirma que a pertinência enunciativa se fundamenta da ideia de adesão. “Enquanto seres de linguagem, constitutivamente históricos, nós somos instados a responder, a interpretar, a interferir enunciativamente nas situações que se nos apresentam” (DIAS, 2018, p. 103). Encontramos na área da Educação um referencial histórico que sustenta o termo *balizadora* e que a torna pertinente. Podemos conferir isso nos enunciados que integram textos próprios da Educação. Vejamos alguns enunciados:

- (1) É hora de promover a **educação** também como **balizadora** da conduta dos cidadãos e das autoridades governamentais. (<https://pensaraeducacao.com.br/>).
- (2) [...] Não recusar a função adaptadora: a **educação** tem a ver com o processo de preparação das gerações mais novas às exigências da vida adulta / ideia **balizadora** para a construção das teorias da educação. (<https://www.passeidireto.com/arquivo/>).
- (3) Essas características marcantes da **educação filosófica** socrática naturalmente servem de referência **balizadora** para a compreensão da concepção filosófica ética e pedagógica e Platão no que tange à cura da alma pela experiência filosófica. (Trecho extraído do livro *Filosofia como cura da alma: A formação ética como terapia na atividade filosófica antiga*. (PASSOS, 2018).
- (4) A entrega do referido plano acontece após a aprovação do em junho deste ano, constituindo-se como importante **instrumento balizador** para as ações a serem adotadas pelo governo estadual em parceria com as prefeituras e a União. (<https://une.org.br>).
- (5) O século XXI sopra sobre a educação uma certeza implacável: nada nunca mais será como era antes. O surgimento de novas tecnologias foi o balizador da mudança. (<https://www.clipescola.com/nova-escola>).

Os enunciados (1), (2) e (3) relacionam *educação à balizadora*. Em (4) temos o termo *balizador* que constitui a formação nominal *instrumento balizador* que predica *Plano Nacional de Educação* e em (5) repete a forma *balizador* que predica a formação nominal *O surgimento de novas tecnologias*.

As formas da língua constituídas de *balizadora*, *instrumento balizador* e *balizador* evocam as novas tecnologias que devem permear a educação brasileira, buscando nivelá-la a outros países desenvolvidos e que se fazem pertinentes na enunciação de textos que dizem sobre a educação no Brasil.

Os enunciados, ao evocarem tanto a Educação quanto os documentos que servem de instrumento para nortear as ações educacionais, constituem a sustentação de algo. Em outras palavras, a Educação é o sustentáculo ou o marco referencial das mudanças na Educação brasileira, a partir dos aportes teóricos e tecnológicos e dos demais instrumentos necessários para operacionalizar o ensino nas instituições escolares municipal e estadual.

Vejamos um recorte do texto de apresentação da BNCC.

(R3) A aprendizagem de qualidade é uma meta que o País deve perseguir incansavelmente, e **a BNCC é uma peça central** nessa direção, em especial para o Ensino Médio no qual os índices de aprendizagem, repetência e abandono são bastante preocupantes. (BRASIL, 2017. p. 5)

O enunciado “a BNCC é uma peça central” integra um texto em que apresenta a BNCC, enfatizando o objetivo pelo qual ela é proposta: aprendizagem com qualidade. Analisando o enunciado *a BNCC é uma peça central*, observamos que este se constitui nas condições de predicação que se forma enunciativamente. Nessa direção, o que se diz do sujeito (BNCC) é uma afirmação sustentada num referencial de valoração. Ou seja, a BNCC ocupa um lugar central, de grande importância, que a coloca no centro, sendo peça central/fundamental. Podemos encontrar esse predicado em enunciados que avaliam ou determinam um grau de importância ao sujeito. Assim, vejamos na rede enunciativa com foco no sujeito, na terminologia formal, ou na ocupação do lugar, na perspectiva de Dias (2015).

- (6) ‘Rei Leão’ relembra a personagem Nala como peça central da história.
- (7) Colar da Cartier é a peça central do filme ‘Oito Mulheres e Um Segredo’
- (8) Peça central na prisão de Temer, Angra 3 tem dívida bilionária com BNDES.
- (9) Dessa forma, Veríssimo considerava que um dos principais caminhos da Educação Nacional era a reforma do livro infantil, em especial o chamado livro de leitura, peça central da Escola primária.¹²

Podemos observar, nos enunciados de (6) a (9), que o lugar sujeito é ocupado por diferentes termos, todavia são predicados por um mesmo referencial, o da valoração. Todos são tomados em um grau de importância considerando seus lugares sociais. Assim, vejamos como se apresentam nas paráfrases que construímos.

QUADRO 1 – Rede enunciativa

A BNCC	é peça central da educação brasileira.
O Rei Leão	é a peça central da história.
O Coar de Cartier	é a peça central do filme.
Angra 3	é peça central na prisão de Temer.
O livro infantil	é peça central na Escola Primária.

Fonte: Rede enunciativa construída pelas autoras.

Nessa rede enunciativa, colocamos na primeira coluna a formação nominal que está no R3 (BNCC) e outras FNs que retiramos dos enunciados extraídos do Google. Na segunda coluna, colocamos a predicação que mantém o mesmo verbo de ligação (ser), conjugado na terceira pessoa do singular do presente do indicativo. Notamos que, em todas as possibilidades, a articulação sintática é estabelecida pelo lugar de ocupação e não pelo termo que o ocupa. É nesse viés que Dias (2012, p. 175) defende com Milner (1989) “que a sintaxe não se constitui na

¹² Enunciados retirados do Google.

relação entre termos lexicais, mas na relação entre *sites*, isto é, lugares sintáticos qualificados para receber os termos lexicais”. Ou seja, os nomes projetam lugares a serem preenchidos sintaticamente. Assim, a sintaxe não se configura como uma associação entre itens lexicais, mas como uma associação entre lugares sintáticos. Em outros termos, a sintaxe é uma articulação entre lugares qualificados da sentença.

Desse modo, para compreendermos o funcionamento sintático, especificamente, a relação de sentidos é “necessário considerarmos as condições enunciativas da existência da sentença, e essas condições determinam a relação entre os lugares sintáticos” (DIAS, 2012, p. 176).

O próximo recorte que analisaremos trata-se de um slogan apresentado tanto nos documentos oficiais quanto nas propagandas sobre a BNCC. Assim, vejamos:

(R4)



O enunciado *Educação é a base* nos despertou para pensarmos os sentidos que se produzem a partir da predicação construída na enunciação. Para tanto, formulamos questões tais como: O termo ‘base’, no enunciado, apenas, fala algo do sujeito gramatical? Que memorável constitui a formação nominal “a base”? Ou seja, qual é o referencial posto para que a formação nominal “a base” signifique?

Aprendemos em Dias (2018) que as formulações recebem determinações das condições de enunciação e que, por sua vez, “a enunciação é o acontecimento da produção do sentido, resultando em um enunciado que adquire pertinência social” (DIAS, 2018, p. 45). Em Guimarães (1996), entendemos que a enunciação é o lugar de funcionamento da língua movimentada pela memória do dizer. Daí compreendermos que o enunciado que compõe o slogan da BNCC não está no plano da organicidade estruturado no fio da sintaxe, mas no plano do enunciável ancorado em um referencial histórico que o constitui.

Como temos empreendido neste texto, a predicação, na perspectiva enunciativa, não se configura na relação termo a termo, mas sim de lugares sintáticos ocupados por termos que adquirem pertinência e por isso são qualificados na enunciação. Ou seja, a instalação do predicado é devida à sua relação com o lugar de sujeito. O que nos inquieta a pensar que razão enunciativa faz com que a palavra “base” tenha pertinência no enunciado da propaganda da BNCC?

Historicamente, o termo “base” permeia o campo semântico educacional. Em uma breve retomada na história, podemos perceber o quanto essa forma é cara ao processo educacional. Em busca de uma transformação social, a Educação foi tomada como base de um processo que mobilizou diversos setores sociais como, por exemplo, o segmento religioso com a adesão da Igreja católica e os movimentos sociais fomentados por organizações sindicais.

A exemplo dessa mobilização, na década de 60 surgiu o movimento de Educação de Base – MEB que, depois de passar por uma redefinição de trabalho, teve como um dos objetivos principais a conscientização entendida como processo educativo destinado a “formar no homem a consciência histórica, a partir da consciência crítica da realidade. A conscientização deveria ser dinâmica e provocar engajamentos que visassem à transformação radical da realidade” (FÁVERO, 2004, p. 8).

Na busca de uma base que desse conta de uma mudança social, tem-se ainda a Educação popular nascida na efervescência das lutas populares que buscavam, dentre outros fatores, a construção do saber. Enunciar a educação popular traz como memorável o conceito dado por Freire (1985)¹³ de que “a educação popular se delinea como um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular”. (TORRES, 1987, p. 74 *apud* GADOTTI, 2012, p. 23).

Na perspectiva que adotamos, o sentido é construído no acontecimento da enunciação. Assim, ao analisarmos o recorte 04, observamos o confronto entre a memória do dizível e o presente do acontecimento. A predicação “é a base” significa na relação com os referenciais históricos que evoca e os constitui.

¹³ Entrevista concedida por Paulo Freire, em 1985, à educadora Rosa Maria Torres. Torres (1987).

Como referido em Dias (2015), a predicação é o ponto que liga a sentença à língua pela pertinência do dizer em um campo enunciativo. É pertinente a formação nominal “a base” na atual configuração política que busca traçar ‘novas’ diretrizes para a Educação, uma vez que, historicamente, a Educação é concebida como saída, caminho para a “salvação” da sociedade. As relações, na sintaxe da sentença, estão dependentes de relações não visíveis, ou seja, as relações produzem sentido no cruzamento dos enunciados que integram o texto do slogan. É na demanda do presente que somos instados a dizer, a compreender e a dar sentido àquilo que nos faz pertinentes na corrente do cotidiano, conforme argumenta Dias (2018).

Tendo em vista o já exposto sobre a formação nominal preconizado por Dias, tomamos a formação nominal “a base” para análise. Para isso, desenvolveremos uma rede enunciativa¹⁴ centrada no lugar sintático em que está *a base*.

- (10) O governo não tem base sólida com que possa contar, diz Alcolumbre.
- (11) Alcolumbre diz que o governo “não tem base” para aprovar privatização da Eletrobrás.
- (12) 5 provas de que a educação é a base para um mundo melhor.

¹⁴ Seguem as fontes utilizadas para construção da rede enunciativa:

PODER 360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/governo-nao-tem-base-solida-com-que-possa-contar-diz-alcolumbre> Acesso em: 25 fev. 2020.

G1. POLÍTICA. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/19/alcolumbre-diz-que-governo-nao-tem-base-para-aprovar-privatizacao-da-eletronas.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BLOG/LEITURINHA. Disponível em: <https://blog-production.dc.pkds.it/blog/5-provas-de-que-a-educacao-e-a-base-para-um-mundo-melhor/> Acesso em: 25 fev. 2020.

PENSADOR. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTczNzEyNA/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

TUDOIN. Disponível em: <https://www.tudoim.com.br/artigos/educacao-base-da-sociedade.html>. Acesso em: 25 fev. 2020.

R7 NOTÍCIAS. Disponível em: <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/desafio-da-vassoura-nao-tem-base-cientifica-diz-astronomo-da-unesp-08022020>. Acesso em: 25 fev. 2020.

- (13) Educação é a base de tudo!
- (14) Educação é a base de uma sociedade moderna, igualitária e combatente nas desigualdades.
- (15) ‘Desafio da vassoura’ não tem base científica, diz astrônomo da UNESP.

Temos acima seis enunciados com a palavra *base*. Em cada uso dela, nos enunciados, temos formação nominal que conclama sentidos. Em (10) e (11), temos *base sólida e não tem base*. Em (12), (13) e (14), *a base*; e em (15), *não tem base científica*.

A partir de um olhar bem geral dessas formações nominais, observamos que, apesar de abrangerem grupos sociais diferentes, elas mobilizam o mesmo referencial histórico, da sustentação, ou seja, de algo que é indispensável e que serve de estrutura.

Vejam os quadros sistematizados dessa rede enunciativa

QUADRO 2 – Rede enunciativa

O governo	não tem base sólida com que possa contar
O governo	“não tem base” para aprovar a privatização da Eletrobrás
A Educação	é a base para um mundo melhor
A Educação	é a base de tudo
A Educação	é a base de uma sociedade moderna, igualitária e combatente nas desigualdades
O desafio da vassoura	não tem base científica

Fonte: Rede enunciativa construída pelas autoras.

Na primeira coluna está o sujeito e na segunda coluna o predicado. Podemos notar que a primeira coluna apresenta variações quanto ao sujeito e a segunda coluna quanto à forma verbal. O que nos chama a atenção é que, na articulação dos lugares sintáticos, quando o sujeito é ‘o governo’ (10) e (11), ele não é tomado de forma afirmativa como sendo a base, mas como uma entidade que precisa de ‘base’. Da mesma forma, observamos em (15). O sujeito ‘Desafio da vassoura’ não é tomado como ‘base’, mas como algo que precisa de base.

Em (12), (13) e (14), o sujeito ‘Educação’ é alocado como sendo a ‘base’, por meio da forma verbal em terceira pessoa. À medida que se tem diferentes sujeitos, produzem-se sentidos outros. Assim, afirmamos, a partir de Dias (2015), que a predicação liga toda a sentença à língua, sendo pertinente ao sujeito. E ser pertinente é colocar-se frente ao outro. Não significa estar certo ou errado.

Guimarães (1996, p.32) diz que uma forma na língua “não é nem a soma de diversos seus passados, nem deriva de um étimo, nem algo em si: senão uma latência à espera do acontecimento enunciativo, onde o presente e o interdiscurso a fazem significar”. Na mesma direção, Dias (2015) afirma que a forma linguística é “uma unidade de língua concebida do ponto de vista das suas condições de articulação com outras unidades segundo razões enunciativas”. Daí advêm nossos questionamentos em torno da formação “a base”.

No enunciado “Educação é a base”, a significação de “a base” se ancora num referencial de sustentação, como já afirmamos. Ou seja, qualifica o sujeito *Educação* conferindo o sentido de que a Educação é o que sustenta toda uma formação humana, social. Por outro lado, a pertinência do dizer “a base” aponta para o próprio documento que o slogan refere. Nesse caso, a *Educação* é a própria *Base*. Ou seja, a BNCC é um texto que deve sustentar a Educação. Daí, dizermos com Dias (2013) que a formação nominal

[...] guarda uma potencialidade de observação da realidade, não a partir das eventuais propriedades informativas dos elementos discretos dessa realidade, mas a partir dos traços em função dos quais elementos do real adquirem pertinência para a realidade enunciada, ou seja, em termos foucaultianos, a partir do nível enunciativo da própria formulação. (DIAS, 2013a, p. 16).

De acordo com Dias (no prelo b), “só é possível haver enunciação porque as palavras possuem existência social, por meio da língua. É possível perceber, nos discursos que circulam, que a palavra ‘base’ apresenta pertinência à medida que compõe uma enunciação, pois, isoladamente, não aponta para significação alguma. Diante disso, notemos que, em (10) e (15), ‘base’ está modificada pelos adjetivos ‘sólida’ e ‘científica’, significando um tipo de ‘base’, todavia não escapa ao referencial de sustentação e/ou alicerce atribuído à formação nominal.

Ao trazermos as redes enunciativas, demonstramos a relação de sentido entre o sujeito e o predicado. Elas mostram as regularidades das construções linguísticas “que são os fundamentos da sintaxe, e as semelhanças e diferenças entre práticas de significação. Afinal, modos de enunciar são modos de significar”. (DIAS, no prelo a).

Podemos observar que os modos de enunciar os textos de propaganda da BNCC ou do próprio texto do documento produzem sentidos de que a Educação é sustentada pela base (BNCC), construindo, com isso, um imaginário de completude das demandas do aluno. Vejamos na rede enunciativa construída com fragmentos do texto da BNCC, do guia de orientação para o professor e de uma reportagem.¹⁵

¹⁵ Os trechos abaixo serviram para a construção da rede enunciativa. Eles foram retirados do texto da BNCC, do Guia de Orientação para o professor e de uma reportagem disponibilizada no site “movimento pela base”.

– [...] a Base é um documento completo e contemporâneo, que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro. BRASIL (2018).

– Com a Base, vamos garantir (MEC afirma) o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando as escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e a continuidade dos estudos. (BRASIL, 2018).

– A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. (BRASIL, 2018).

– A BNCC é um documento que define os conhecimentos, competências e habilidades que todas as alunas e alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Guia de orientação para o professor está disponível no site: <http://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

– A BNCC determina, por meio de competências e habilidades, o desenvolvimento integral dos estudantes da Educação Básica. Trecho extraído da reportagem “A base chegou” Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: 25 fev. 2020.

QUADRO 3 – Rede enunciativa

A Base	é um documento que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro.
A Base	vai garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica
A BNCC	é essencial para que a mudança (no quadro de desigualdade educacional) tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores
A BNCC	é um documento que define os conhecimentos, competências e habilidades que todas as alunas e alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica
A BNCC	determina, por meio de competências e habilidades, o desenvolvimento integral dos estudantes da Educação Básica

Fonte: Rede enunciativa construída pelas autoras.

Nessa rede enunciativa, temos ora a formação nominal “base”, ora a sigla “BNCC” como sujeito numa relação predicativa que apresenta um referencial normativo. O lugar sintático do sujeito, ocupado por ‘Base’ e ‘BNCC’, permite pela memória do dizer que se construa uma predicação pertinente, ou seja, que confira à Base o “caráter” de um documento que normatiza, determina, e é indispensável para atender às demandas do aluno. Produz-se, diante disso, um imaginário de completude do documento e do aluno, bem como um imaginário de que a base da Educação é a Base (BNCC).

Ao observarmos as relações de sentido por meio das articulações, configuradas nas redes enunciativas, trazemos o referencial histórico que direciona a significação das palavras, uma vez que o sentido não nasce do objeto, mas do referencial histórico que proporciona relações de sentido nos enunciados. Com isso, o recorte em análise suscita uma questão importante, qual seja, o modo como a formação nominal ‘base’ integra o texto:

(1) BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

(2) EDUCAÇÃO É A BASE

Diante de um olhar mais atento ao slogan, concluímos que estamos diante de uma forma linguística que se configura como metáfora, uma figura de linguagem explorada por diversas teorias linguísticas. A metáfora é vista como semelhança, como deslocamento de sentido para as concepções que a tomam como figura de linguagem. Na visão cognitivista, por exemplo, a metáfora estabelece uma relação associativa, de comparação. Contudo, enunciativamente, ela deve ser vista como processo de significação.

Guimarães (2011), ao analisar os processos enunciativos envolvidos em acontecimentos de enunciação que fazem significar expressões metafóricas, considera a metáfora como a fusão de reescrituração.¹⁶ Para o autor, é preciso observar não simplesmente a relação entre as palavras, mas também que mudança de sentido se dá em um acontecimento de enunciação. Guimarães (2011) considera que o que a metáfora funde não são comparações entre expressões e objetos. O que a metáfora funde são enunciações.

Ao tomar o enunciado ‘Educação é a base’ como metáfora, estamos considerando que o sentido da expressão ‘Base’ está relacionado ao sentido de outras enunciações com a palavra *base* no seu sentido estabilizado na língua. Ou seja, a palavra ‘Base’ (do slogan) significa na medida em que sua enunciação modifica o sentido da palavra ‘base’ (de sentido estabilizado).

A metáfora “Base” é produzida pelo modo como esse termo se articula no enunciado e, assim, nele se integra. “Base (2)” é uma predicação de Educação e reescritura por repetição “base” (1).¹⁷ Tal repetição no texto (slogan) constrói sentidos para o termo “base”. Este modo de repetir, jogando com a palavra, ou seja, colocando o termo ‘base’ no início e no final do slogan, produz o sentido de algo que não

¹⁶ [...] o procedimento de reescrituração consiste em se redizer o que já foi dito. Ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si (em virtude da reescrituração). E nessa medida a reescrituração é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido pelo acontecimento enunciativo. (GUIMARÃES, 2009, p. 53).

¹⁷ Guimarães (2009) apresenta várias formas de se reescrever uma palavra ou expressão. Uma dessas formas é *por repetição*, que consiste em retomar a mesma palavra ou expressão na reescritura.

pode ser esquecido, além de produzir uma polissemia concernente ao termo. Educação é a base. De que base se está falando?

Guimarães (2011) considera que a metáfora funde enunciações e não comparações entre expressões e objetos. E essa fusão de enunciações produz o movimento polissêmico. É nisto que o autor afirma que a significação se dá no acontecimento produzido pela enunciação.

5 Considerações finais

À luz da Semântica da Enunciação desenvolvida por Dias (2015, 2018), analisamos, neste trabalho, como se dá a relação de sentidos da predicação com o sujeito em enunciados institucionais. Para tanto, adotamos como material analítico textos formulados pelo Ministério da Educação (MEC) para divulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) bem como o próprio texto da BNCC. Nesse sentido, observamos em nossas análises que o sentido é construído no acontecimento da enunciação. Ou seja, no confronto entre a memória do dizível e o presente do acontecimento.

A partir dos conceitos de referencial histórico, pertinência enunciativa, rede enunciativa e formação nominal formulados por Dias, foi possível compreender que, na relação entre sujeito e predicação, os sentidos se formam para além do fio da sintaxe. Enunciativamente,

o fazer “sentido não está unicamente associado aos eventos, às entidades e ao tempo cronológico em que o dizer se manifesta materialmente. [...]mas associa a uma dimensão pressuposta e implícita da realidade objetiva, isto é, a uma instância de memória”. (DIAS, 2012, p. 179).

Ou seja, em nossa perspectiva, a realidade guarda uma relação com a interdiscursividade.

O percurso teórico que fizemos, partindo dos estudos da teoria gramatical até os estudos enunciativos, levou-nos a observar as articulações sintáticas para além do que é posto pela gramática normativa. Com o conceito de formação nominal, compreendemos como a BNCC é significada pelos/nos textos tanto da propaganda sobre a BNCC quanto no texto do próprio documento, uma vez que a formação nominal se ancora em um referencial e num espaço enunciativo para produzir sentido.

Enunciativamente, as articulações sintáticas que instituem o sujeito e o predicado, na construção dos textos da BNCC, se dão sustentadas nos referenciais da normatividade, da regulação, do controle e da valoração do documento sobre a Educação. Dessa forma, as formações nominais sustentadas pela memória da língua e, ao mesmo tempo, pela memória das significações de seus termos fazem com que os termos que integram os enunciados analisados, neste trabalho, tornem pertinentes na enunciação.

É desse modo que afirmamos, a partir de Dias (2012), que para compreendermos o funcionamento sintático, e, aqui, enfatizamos a predicação e suas relações de sentidos, precisamos considerar as condições enunciativas da existência da sentença que são determinadas na relação entre os lugares sintáticos. Para nós, a predicação não se configura na relação entre termos lexicais, mas sim de lugares sintáticos ocupados por termos que adquirem pertinência, sendo qualificados na enunciação.

Como vimos, no decorrer das análises, os modos de enunciar os textos da propaganda da BNCC ou do próprio texto do documento produz o sentido de que a Educação será sustentada pela Base (BNCC), construindo com isto um imaginário de completude das demandas do aluno, além de colocar a Base como sendo a própria Educação.

Por fim, concluímos que a relação de significação construída na predicação, do ponto de vista da enunciação, consiste na articulação contraída no acontecimento da enunciação, “na medida em que se fundamenta em referenciais históricos e em pertinências enunciativas no presente do enunciar, constituindo o domínio de mobilização do sentido da linguagem” (DIAS, 2018, p. 158).

Contribuição das autoras

Izaildes Cândida de Oliveira Guedes propôs o trabalho e realizou o desenvolvimento da escrita. Neuza Zattar delineou o procedimento teórico/metodológico, contribuindo na escrita das seções. O trabalho de revisão, de escrita e das concepções teóricas foi colaborativo.

Referências

- ARNAULD, A.; NICOLE, P. *La logique ou l'art de penser*. 5. ed. Paris: Gallimard, 1992.
- BALLY, C. *Linguistique générale et linguistique française*. 2. éd. entièrement refondue. Berne: Éditions Francke, 1944.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa: revista e ampliada*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília. MEC/ CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 28 out. 2019.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 28 out. 2019.
- CASTILHO, A. T. de. (org.). *Gramática do português falado*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp; Fapesp, 1994. v. I: A ordem.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- DIAS, L. F. Enunciação e regularidade sintática. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 51, n. 1, p. 7-30, 2009. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v51i1.8637217>
- DIAS, L. F. Um lugar para o discursivo na relação entre o dispositivo lexical e o dispositivo sintático. *Synergies Monde*, [S.l.] v. 10, p. 173-181, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6443416.pdf>
- DIAS, L. F. A linguagem cidadã em questão: uma abordagem enunciativa. In: BRESSANIN, J. A.; ZATTAR, N.; KARIM, T. M.; RENZO, A. M. (org.). *Linguagem e interpretação: a institucionalização dos dizeres na história*. Campinas: Editora RG, 2013a. p. 211-222.
- DIAS, L. F. Enunciação e forma linguística. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 21, n.1, p. 223-238, 2013b. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.21.1.223-238>

DIAS, L. F. Acontecimento enunciativo e formação sintática. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Belo Horizonte, n. 35, p. 99-138, 2015.

DIAS, L. F. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DIAS, L. F. Fundamentos: enunciação e ensino. In: _____. *O português brasileiro no cotidiano: enunciação e ensino*. No prelo-a.

DIAS, L. F. Fundamentos: formação de enunciados. In: _____. *O português brasileiro no cotidiano: enunciação e ensino*. No prelo-b.

FÁVERO, O. MEB – movimento de educação de base primeiros tempos: 1961-1966. In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, V., 2004, Évora. *Anais [...]*. Évora: Universidade de Évora, 2004. p. 1-15.

FRAGOSO, J.; GOUVEA, M. F. *O Brasil colonial*. Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira. 2014.

GADOTTI, M. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *Revista Diálogos: Pesquisa em Extensão Universitária*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 10-32, 2012.

GUIMARÃES, E. Enunciação, língua, memória. *Revista da ANPOLL*, [S.l.], n. 2, p. 27-33, 1996.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E. J.; MOLLICA, M.C. (org.). *Apalavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes/RG Editores, 2007.

GUIMARÃES, E. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, 2009. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v51i1.8637219>

GUIMARÃES, E. Uma hipótese sobre a metáfora. In: CASTELLO BRANCO, L. K. A.; RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L. (org.). *Análise do discurso no Brasil: pensando o impensado sempre: uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, 2011. p. 359-371.

GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes Editora, 2018.

MACIEL, M. *Gramática descritiva*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

MARINS, A. R. A visão sintática de Júlio Ribeiro. *Solettras*, São Gonçalo, RJ, n. 21, p. 30-38, 2011. DOI: <https://doi.org/10.12957/solettras.2011.5292>.

MILNER, J-C. *Introduction à une Science du langage*. Paris. Éditions du Seuil, 1989.

PASSOS, Jose Davi. *Filosofia como cura da alma: a formação ética como terapia na atividade filosófica antiga*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

PERINI, M. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2002.

RIBEIRO, L. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

TORRES, Rosa Maria (org.). *Educação popular: um encontro com Paulo Freire*. São Paulo: Loyola. 1987.